





NO RASTRO DE QUEM SOMOS, NÓS? IDENTIDADES ENTRE IDENTIFICAÇÕES E DESIDENTIFICAÇÕES

ON THE TRACE OF WHO WE ARE, KNOTS?
IDENTITIES BETWEEN IDENTIFICATIONS AND
DISIDENTIFICATIONS

EN EL RASTRO DE QUIÉN SOMOS ¿NUDOS?
IDENTIDADE(S) ENTRE IDENTIFICACIONES Y
DESIDENTIFICACIONES

 10.5935/2177-6644.20230048

Roberta Moratori *

 [0000-0001-7046-1919](https://orcid.org/0000-0001-7046-1919)

Resumo: O presente ensaio põe em reflexão a(s) identidade(s), igualdade e diferenças, desigualdades e semelhança, entre identificações e desidentificações, nos âmbitos da *Sociologia do pós-moderno* em Stuart Hall e da *Filosofia dos Tempos Modernos* em Jacques Rancière. O conteúdo, disparado por Antonio Gramsci, encontra formas, inspiradas nos estudos da Linguagem, da ambiguidade enquanto aquela que pode encerrar o sentido, e do hífen enquanto aquele que permite expandir os sentidos. Como meio, esta autora suspende o ensaiar no tempo-espaço para narrar uma história. Ao partir pelo fim, a ensaiadora ensaja que a semelhança marca os nós nas diferenças ao identificar, e chega ao princípio onde a igualdade desfaz os nós das desigualdades ao desidentificar.

Palavras-chave: Identidades. Identificação. Desidentificação. Diferença. Desigualdades.

Abstract: This essay reflects on identity(ies), equality and differences, inequalities and similarity, between identifications and disidentifications, in the fields of the Sociology of the postmodern in Stuart Hall and the Philosophy of Modern Times in Jacques Rancière. The content, set by Antonio Gramsci, finds forms, inspired by Language studies, of ambiguity as that which can close the sense, and of the hyphen as that which allows to expand the senses. As a means this authoress suspends the rehearse in time-space to narrate a history. By starting from the end, the assayer implies that similarity marks the knots in the differences by identifying, and arrives at the principal where equality undoes the knots of inequalities by disidentifying.

Key-words: Identities. Identification. Disidentification. Difference. Inequalities.

Resumen: Este ensayo reflexiona sobre la(s) identidad(es) entre identificaciones y desidentificaciones, en los campos de la Sociología de lo posmoderno en Stuart Hall y la Filosofía de los Tiempos Modernos en Jacques Rancière. El contenido primero, por Antonio Gramsci, encuentra formas, inspiradas en los estudios del Lenguaje, de la ambigüedad como aquella que puede cerrar el sentido, y del guión como aquello que permite expandir los sentidos. Como medio la autora de estas líneas suspende el ensayo en el espacio-tiempo para narrar una historia. Al comenzar desde el final, la autora indica que la similitud marca los nudos em las diferencias al identificar, y llega al principio donde la igualdad deshace los nudos de las desigualdades al desidentificar.

Palabras-clave: Identidades. Identificacione. Desidentificacione. Diferencia. Desigualdades.

* Doutoranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. 
[0548133375735651](https://orcid.org/0548133375735651) - E-mail: robertamoratori@gmail.com.



Por princípio-fim ou *finaliniando*?

[...] as janelas são para uma casa, o que os cinco sentidos são para a cabeça.
Karl Marx

A reflexão em escritura que seguirá nas páginas subsequentes tem seu epicentro em duas premissas gramiscianas. A primeira, de que cultura concerne à vida social em si. A segunda, todos os homens *somos* intelectuais (GRAMSCI, 1982).

Se somos, quem somos, nós? Nós, que da cultura emergimos e que nela imergimos, tramando-a com fios próprios e com os fios daqueles com os quais estivemos, estamos, e estaremos em con-tato, mais próximos ou distantes, em relações que estreitam e espreitam, no tempo-espaço, re-conhecimentos em nós e-ou para nós.

No encontro do universal, de teóricos do social e da cultura, janelas, com o particular, daquela que escreve pelos sentidos¹, o jogo das identidades será evocado em identific-ações e desidentific-ações, no movimento espiralado, desejado, ao posicionamento crítico, do *em si* ao *para si*, necessário a todo intelectual que exerce tal função na sociedade.

Se *as janelas são para uma casa o que os sentidos são para a cabeça*, supomos² ser possível e justa tal analogia: as portas são para nossa casa o que a nossa linguagem é para o intelecto. Neste sentido, indicamos ao título da seção, temos como ponto de partida a ambiguidade e o hífen.

A primeira, no âmbito da estética, pode sugerir imagens e emoções, percepções e interpretações, reflexões e compreensões do sujeito-objeto, da forma-conteúdo, como pinturas que vão além das molduras, permitindo encontros e desencontros, acertos e equívocos, entretanto, no âmbito de luta teórica, a ambiguidade corre o risco de enquadrar sentidos, de encerrar num círculo, limitando direcionamentos possíveis ao seu preenchimento, sujeito-conteúdo no objeto-forma, que segue em um ou outro sentido, reduzindo a possibilidade de rupturas, rompimentos, de equivocidades (FERREIRA, 2000).

Portanto, tomo³ por fim-princípio o segundo, o hífen, que ao meu sentir chega como movimento em tempo-espaço, permitindo contradições, não só na conjunção e no

¹ O termo sentido é aqui utilizado na perspectiva do filósofo João-Francisco Duarte Júnior (2000) em todo seu potencial de sentidos, que sente, que direciona, que significa, que indica consciência, que remete aos órgãos dos sentidos, e que transcende à intuição.

² O uso da primeira pessoa do plural aqui, e sempre que usada, faz referência ao conceito de polifonia de Mikhail Bakhtin (2010), às muitas vozes que me constituem e que falam quando eu falo.

³ O uso da primeira pessoa do singular aqui, e sempre que usada, refere-se a tomada de posição do sujeito nesta escritura.

condicionamento das partes, mas também em suas exclusões (MORATORI, 2021). Como na feitura de uma faixa de Moebius⁴ opto por percorrer caminhos também orientados por outros campos do conhecimento, na psicanálise o conceito de foraclusão, na geometria a não euclidiana, e na física o gato de Schrödinger.

As considerações dos parágrafos acima, abrem portas e janelas, situando para o que se pretende refletir neste breve percurso investigativo, onde diferenças e semelhança, desigualdades e igualdade, entre identifications e desidentifications, podem apontar margens opostas, e-ou ramificações distintas que de algum modo se cruzam, de um rio que possui uma nascente em comum, chamada con-sciência gramsciana.

Por um lado, rumo às paisagens pós-modernas das identidades não acabadas, sempre provisórias, constituídas na costura da posição com o contexto pela diferença, do teórico cultural e sociólogo Stuart Hall (2003), que acredita no processo de formação da cultura como um *continuum*, do mesmo modo que prefere pensar a identidade cultural, sempre híbrida, como processo permanente de identificação, cuja estratégia centra, na descentralização, no deslocamento das relações hegemônicas de poder.

Por outro, o caminho em *tempos modernos* da filosofia política igualitária de Jacques Rancière (2021), que afirma não haver subjetivação sem desidentificação e que toda subjetivação é política, que aposta na emancipação intelectual, cujos métodos da igualdade e da cena, ou poética do conhecimento, relacionam-se na verificação da igualdade das inteligências, no *fazer* a história em rearranjos entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer, e na reconfiguração do visível, do pensável e do possível.

No entre lados, o meio, a autora da escritura dentre autores, outros pensadores dos conceitos que estruturam esta trama, fios que alinhavam, desemaranham, tramam, desvios que aclaram, trilhas, por vezes fechadas, que precisam ser abertas, atalhos que podem ser proveitosos ou nos levar de volta ao ponto de partida. Fato é que no interromper destas linhas, os horizontes em ampliação estarão imensidão.

Para além, faz-se necessário dizer, *finaliniando* hipóteses, que a abordagem estética filosófica está para a igualdade e desigualdades, assim como a abordagem sociológica está para a semelhança e diferenças, tendo como ponto de encontro, quero crer, uma ocupação ética e política.

⁴ Augusto Ferdinand Moebius dedicou parte de seus estudos a uma fita que colada com as pontas invertidas depois de sofrer uma meia torção se configura em uma superfície não orientada, diferente da fita sem a colagem que possuía dois lados.



Nós, em identificação, por fim

Identificação	Abatimento pelo consumo de alimentos
Identificação	envenenados
RG 1231232 São Paulo	Refrigerantes, remédios e enlatados, 1.125 horas
CIC 743748747-00	Abatimento pelo desgosto que se padece
ISS 1231768-03	Naquela fila do INNS, 1.125 horas
INPS 452749-748	Abatimento por ficar só no desejo
Ordem dos Músicos do Brasil 0840 Bahia	Daquela mulher bonita que aparece na propaganda
CGC 958.74210/000-001	de cigarro, 1.125 horas
Títulos protestados, 7	Pelo medo de doenças incuráveis
Impulsos de medo, 1.106	Como cólera, câncer e meningite, ê ê ê
Sintomas neuróticos, 36	1.125 horas
Horas semanais de catequização pela TV, 16	Abate aqui
Ôô, 16, êê, 16, ôô, 16, êê, 16	Abate ali
Impulsos de amor, de amor, 3	Abate isto
Propaganda consumida, 1.106	Abate aquilo
Alegrias, alegriazinhas espontâneas, 2	E jaz pela cidade
Idas ao banheiro para atividades diversas, 36	Um zumbi sem sepultura
Ôô, 36, êê, 36, êê, 36, êê, 36	Classificado, numerado
Tempo de vida previsto para o cidadão	É o cidadão bem-comportado
Tempo de vida previsto para o cidadão	<i>Identificação</i> , Tom Zé.
600 mil horas de vida, de vida, de vida	

Os nós cidadãos, bem-comportados no sentido do texto da canção, identificados em identificações identificáveis, podemos deixar de sê-los? Devemos deixar de sê-los? Como fazê-lo? São precisamente essas questões que mobilizam os esforços nesta seção. Ao partirmos da concepção de identidade do sujeito pós-moderno, pelo teórico da questão identitária Stuart Hall, investigaremos ao fim aquilo que apontei anteriormente como estratégia de deslocamento das relações de poder.

Seria interessante ponderarmos a categoria da pós-modernidade na qual as identidades culturais dos sujeitos de Hall (2000) são pensadas, no entanto, essa seria uma outra e muito mais ampla discussão que não intenciono nestas linhas disparar. Limite-me a trazer a identidade do sujeito pós-moderno no entre arranjos de cinco avanços na teoria social que conduzem o intelectual diaspórico ao descentramento do sujeito moderno, quais sejam: o deslocamento da noção de agência individual na teoria marxista; o inconsciente da psicanálise freudiana e lacaniana; a complexidade da língua que engendra um sistema social aos sistemas culturais da linguística saussuriana; o poder disciplinar foucaultiano; e o impacto do feminismo como crítica teórica e como movimento social.

Do sujeito do iluminismo totalmente centrado, ao sujeito sociológico da interação do eu com os outros, da costura do sujeito com o objeto, chegamos aos sujeitos pós-modernos.

Segundo Hall (2000, p. 13) os descreve, em suas identidades móveis, não-essenciais, e impermanentes, formadas e transformadas, “[...] continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. A identidade é definida pelas tramas da história e não determinada pela composição biológica, não é unificada, completa, segura ou coerente.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...] Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...] à medida em que sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 13).

De tal concepção ressaltamos *o deslocamento contínuo em nossas identificações*, para pensarmos em como se dá o processo de identificação. Quando identificamos, temos o mínimo conhecimento do identificado - mesmo no caso do Estado que tem antes um nome registrado -, o fazemos por semelhança, por re-conhecimento em parte, fragmento, ou todo. Ao mesmo tempo o reconhecer implica o não conhecido, o outro, ou o estranho, o desconhecimento que incapacita o identificar, a diferença que impossibilita a identificação.

Se nossas identificações estão em deslocamento permanente, se nossas identidades aparentemente a nada se atrelam, por mais que se multipliquem os sistemas de significação e representação cultural, lembrando que dentro de nós há identidades contraditórias empurrando em diversas direções, não estaríamos condenados, não a uma dialética sem síntese, mas a uma dialética na qual a síntese é o reforço, o aprofundamento na afirmação, e a circunscrição, da tese e da antítese? Silenciando contradições, coagulando o quem somos, centralizando ações, chegando aos mesmos lugares por caminhos distintos? Petrificando e essencializando? Resignando, em nosso tempo e espaço, àquilo que nos foi determinado? Seriam estes questionamentos legítimos, ou somente a interdição da modernidade que habita a escritora destas linhas?

O ponto de frenagem aqui é o processo ininterrupto das identificações que parecem solidificar, em uma espécie de jogo das semelhanças, um jogo essencialmente acumulativo como dado na epígrafe desta seção.

Na tentativa de desemaranhar os fios, retorno e, retomo a perspectiva das identidades em Hall (2003) construídas pela diferença – que aparentemente poderia redefinir a síntese

acima, confirmando-a ou refutando-a –, pensada com base no conceito de Derrida, concedendo-lhe a palavra:

Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Differánce* caracteriza um sistema em que ‘cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados], através de um jogo sistemático das diferenças’. O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e ‘posicionado’ ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais (HALL, 2003, p. 60-61).

Assim postas, similaridades e diferenças como uma, uma onda, permitem apontar para uma possível confirmação da síntese mencionada. Portanto, somos levados a pensar a diferença e as semelhanças como conteúdo das identidades em processo continuado de identificação. Este não se quer fixado, mas parece acondicionar e condicionar as identidades móveis, mesmo que na fôrma da trans-forma-ção.

Deste modo a forma do círculo é metaforicamente convocada, nos conduzindo a reflexão da ambiguidade já anunciada acerca do risco de encerramento do sujeito em paredes circulares que, mesmo que tenha janelas, permitem tão somente posicionamentos temporários, que não rompem, preservando o sujeito de si mesmo mantendo-o no limite de suas ações, no ordenamento do social, e o privando do outro a quem a entrada deveras não é permitida.

No entanto, há de haver uma porta, uma passagem, que por hora minha linguagem, a da estética, no excesso das minhas palavras, na literalidade, não consegue acessar, apesar do vislumbre de uma tradução poética.

Nos deslocamos para o centramento, posto que para findar há tempo. Em um último alinhavo, pós-centro, rumo às bordas da filosofia política igualitária de Jacques Rancière, para quem a identificação está relacionada à reconfiguração de um *campo da experiência*. Este determinaria “[...] para cada um, algum lugar, capacidade, função, temporalidade e corporeidade já está definido a priori e é passível de ajustes, controle e redesignação limitada” (MARQUES; PRADO, 2022, p. 7).

Com esta definição, cremos, interseccionamos o *campo da experiência* ao que chamo de círculo da ambiguidade em seus riscos de encerramento dos sujeitos e de redução da possibilidade de rupturas com a ordem pré-estabelecida, naturalizando hierarquias e relações



de poder no isolamento das particularidades de sujeitos e dos mesmos que agem na exclusividade da identificação, ação que pode excluir.

Ao interromper esta seção, confirmo a não intenção de adentrar em possíveis labirintos das questões identitárias em si, como pensar na identidade como base para a política identitária a partir das categorias de “raça” e “gênero”, sob pena de cairmos em armadilhas⁵ ou ficarmos à deriva⁶.

No rastro de quem sou em nós, o meio

... Só eu sou eu, só eu sou eu
Além de mim não tem ninguém que seja eu...
Vem cá, menina, vem brincar comigo
Que outra criatura igual jamais nasceu
Vem cá, menino, vamos lá, juntinhos
Ainda bem que a gente é você e eu
Você e eu, você e eu
E cada um é cada um e cada eu...
Só eu sou eu
Marcelo Jeneci e Arthur Nastrovski

Eu sou eu, isso é tudo. Alguns poderiam falar sobre mim melhor que eu mesma, afinal quem sou eu para falar de mim? No entanto, não posso me furtar da história, que faço e, faz tomar posição, subjetiva-objetiva.

No devaneio da língua, gosto da boniteza de ter sido nomeada robertAMORatori, ao menos na forma idiossincrática da escrita, na qual o amor se destaca. Em partes ROBERTa morATORI, seduz, mas não encanta, longe disso. A memória, em tradição, tradução e traição, que o diga.

Da *micro-história*⁷, Roberta vem do amor do pai a uma canção italiana, Moratori, derivado, um erro entre línguas, da família paterna italiana Muratori, que antes mesmo de ser nome era e é função designada àqueles que fazem muros.

As *mura* na perspectiva romântica do nome e das cidades muradas italianas, verdadeiras fortalezas, com suas inacreditáveis portas abobadadas de ângulo perfeito,

⁵ Referência à obra de Asad Haider, *Armadilhas da Identidade: raça e classe nos dias de hoje* (2019), cujo argumento central é a política de identidade como neutralizante dos movimentos e lutas antirracistas, baseado em teóricos negros revolucionários.

⁶ Referência à obra de Elisabeth Roudinesco, *O Eu Soberano: Ensaios sobre as derivas identitárias* (2022), cujas reflexões se dão no erigir do eu soberano que rechaça e demoniza a alteridade.

⁷ Referência à perspectiva do historiador Carlo Guinzburg, do estudo dos micro contextos dos nós sujeitos anônimos, em obras só como, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição* (1976), e *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício* (2006), e em parceria com Enrico Castelnuovo e Carlo Poni, como em *A micro-história e outros ensaios* (1989).

descoberto por Muratori arquitetos, feitas por *operários*, também Muratori, artesãos, que almejavam o conhecimento para arquitetar, quiçá libertar.

Na perspectiva trágica do nome, os livres Muratori se organizaram dando origem à sociedade maçônica. Um nome pertencente a exploradores-explorados.

Na perspectiva narrativa em significados, os muros construídos podem oferecer segurança, protegem ao mesmo tempo que apartam, interrompem passagens, aprisionam sob céu aberto, são invadidos, *assaltò mura com i tori*⁸, e derrubados.

Mas é na perspectiva estética que os muros enunciam e me falam aos sentidos, nos protestos, nos manifestos, nas pichações, nas pinturas, nas artes de fazer, de ressignificar, de transformar.

Na perspectiva do drama, em nome minha mãe, minha fortaleza, causa das muitas interdições e liberações, como a psicanálise deve explicar, mas sobretudo inspiração, foi apagada da minha história, por uma sociedade patriarcal, assim como a história da família materna sofreu o apagamento do colonizador, composta maioritariamente por, até onde pude conhecer, indígenas, africanos e portugueses, uma mistura brasileiríssima, de explorados e exploradores, estes por suposto, minoritariamente.

Entretanto, parte da história da minha história que mais me atravessa, diz respeito ao meu percurso detetivesco que culminou na eu oficialmente *italiana que vive no estrangeiro*, ao investigar a vinda da família Muratori da Itália para o Brasil, que muito provavelmente fugia da miséria e da fome no campo das olivas e dos vinhedos, no ano de 1897.

Vieram o trisavô Agostino, cinco filhos, dentre eles meu bisavô Gaspare, e a esposa, mulher renomeada já no embarque para cá com o sobrenome Muratori, visto que na Itália, por tradição, mulheres mantêm seus sobrenomes de solteiras e não incorporam os de casada, sendo furtada de parte de sua identidade também no primeiro nome como Maria.

O desdobramento da migração - para além das duras condições do desempenho do papel de mão de obra barata nas plantações de café, pós escravagismo, na migração de uma miséria para outra, na passagem temporal entre séculos XIX e XX, e espacial do norte do país do continente europeu ao país continental na América do Sul -, foi o desprovimento daquilo que mais sabemos sobre nós, daquilo que nos é designado enquanto sujeitos, que somos, no primeiro momento de vida, que nos identifica e faz com que nos identifiquemos, o nome.

⁸ Invadiu as muralhas com os touros. Livre tradução.



A suposta Maria que aqui chegou foi assim documentada, não assim somente, outros documentos a apresentam como Idalina Alexandra, Idalina Santi, e Idalina Falton. Nomes ditos por ela, possivelmente analfabeta na própria língua, talvez escolhidos ou falados na limitação de um idioma estranho, ou ainda, nomes ditos por outrem, na mesma situação linguística, que a registravam.

A comprovação que possibilitou a correção histórica da devolução a uma parte da minha trisavó esquecida por força de distintas dominações veio, quando ao comparar a primeira letra de seu nome com a de mais de oitocentos passageiros embarcado no vapor *Les Andes*, um D se agigantou, e quando Daria foi pesquisada nos ofícios em cruzamento com Muratori, seu sobrenome também foi revelado, Sanchi.

Este apagamento eu pude evitar, um orgulho que faz refletir, como fez William Shakespeare através de Julieta: *O que há em um simples nome? Aquilo que chamamos rosa, sob outra designação teria igual perfume...* Será? O que há num nome? Sinto, que há, muito, Daria Sanchi.

Mas esta é só uma das muitas histórias que me constituem. E este registro é o eu, meio, que mais dá sentido e esta escritura, naquilo que eu pude ver e fazer, compor e reconfigurar, uma história que posso deixar.

Nós, em desidentificação, por princípio

registra-me
sou árabe
o número de minha identidade é cinquenta
mil
tenho oito filhos
e o nono... virá logo depois do verão
vais te irritar por acaso?
registra-me
sou árabe
trabalho com meus companheiros de luta
em uma pedreira
tenho oito filhos
arranco das pedras
o pão, as roupas, os cadernos
e não venho mendigar em tua porta
e não me dobro
diante das lajes de teu umbral
vais te irritar por acaso?
registra-me
sou árabe
meu nome é muito comum
e sou paciente

em um país que ferve de cólera
minhas raízes...
fixadas antes do nascimento dos tempos
antes da eclosão dos séculos
antes dos ciprestes e oliveiras
antes do crescimento vegetal
meu pai... da família do arado
e não dos senhores do Nujub
e meu avô era camponês
sem árvore genealógica
minha casa
uma cabana de guarda
de canas e de ramagens
satisfeito com minha condição
meu nome é muito comum
registra-me
sou árabe
sou árabe
cabelos... negros
olhos... castanhos
sinais particulares

um kuffiah e uma faixa vermelha na
cabeça
as palmas ásperas como rochas
arranharam as mãos que estreitam
e amo acima de tudo
o azeite de oliva e o tomilho
meu endereço
sou de um povoado perdido... esquecido
de ruas sem nome
e todos os seus homens...
no campo e na pedreira
amam o comunismo
vais te irritar por acaso?
registra-me
sou árabe
tu me despiste dos vinhedos de meus
antepassados

e da terra que cultivava
com meus filhos
e não nos deixaste
nem a nossos descendentes
mais que estes seixos
que nosso governo tomara também
como se diz
vamos!
Escreve
bem no alto da primeira página
que eu não odeio os homens
que eu não agrido ninguém
mas... se me esfomeiam
como a carne de quem me despoja
e cuidado... cuida-te
de minha fome
e minha cólera

Carteira de Identidade, Mahmud Darwich

Abordaremos nesta seção, a desidentificação que, como na carteira de identidade, irrompe, rompe e interrompe, nosso caminhar, reconfigurando o mundo sensível. Para tanto, traremos aqui noções e conceitos que se entrelaçam e constituem por fim e por princípio a filosofia política igualitária de Jacques Rancière.

Ao partirmos na investigação do desidentificar, traremos um primeiro desvendar, o dos tempos modernos no âmbito da estética. Nosso autor fala do entrelaçamento e dos conflitos das temporalidades afirmando:

[...] não há tempo moderno, mas tempos modernos, maneiras frequentemente diferentes e por vezes contraditórias de pensar o tempo da política ou da arte moderna em termos de avanço, recuo, repetição, parada ou encavalamento de tempos; maneiras diferentes ou contraditórias de agenciar as temporalidades das artes do movimento, suas continuidades, seus cortes, seus reajustes e suas retomadas, para produzir obras que respondam às condições do presente as exigências do futuro (RANCIÈRE, 2021, p. 10-11).

Dos tempos modernos rancierianos destacamos o tempo como cerne, da arte e da política em seu pensamento. De acordo com Rancière (2021), o tempo é mais do que uma linha que liga o passado ao futuro. Neste desdobrar horizontal do tempo há uma distribuição das formas de vida que separa hierarquicamente os que têm daqueles que não têm tempo.

O lugar que as pessoas ocupam também está relacionado às leis da dominação. “[...] As pessoas são dominadas porque elas não compreendem as leis de dominação, e não as podem compreender porque o lugar em que se encontram faz com que elas não possam as perceber” (RANCIÈRE apud VOIGT, 2019, p. 37).

A reconfiguração dos âmbitos sensíveis na interrupção da ordem da dominação e na instituição de uma ordem outra, da partilha daqueles que não têm parcela, se dá na atividade política, que permite a confirmação da igualdade por princípio. É na contingência igualitária que começa a política.

Rancière (2018) afirma que a especificidade da política é a interrupção, e a define em sua atividade como aquela que

[...] rompe a configuração sensível em que as ‘partes’ e as partes ou sua ausência são definidas com base em um pressuposto que, por definição, não tem lugar: a de uma parte dos que não têm parte. Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço no qual as ‘partes’, e as partes e as ausências de partes se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o ruído, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como ruído. [...] *a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as partilhas sensíveis da ordem policial* ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parte dos sem-parte que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com outro ser falante qualquer. *Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos* (RANCIÈRE, 2018, p. 43-44, *grifo nosso*).

Da citação acima destaco inicialmente o desfazer das partilhas sensíveis da ordem policial pela atividade política, para a compreensão do encontro entre os dois processos heterogêneos que estruturam a filosofia política igualitária rancieriana. A ordem policial se insere na definição de polícia como:

[...] uma ordem dos corpos que define as partilhas entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. É, por exemplo, uma lei de polícia que faz com que tradicionalmente o lugar de trabalho seja um espaço privado não regido pelos modos do ver e do dizer próprios do que se chama ‘o espaço público’, e onde o ter parte do trabalhador é estritamente definido pela remuneração do seu trabalho. A polícia não é tanto uma ‘disciplinarização’ dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das *ocupações* e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas (RANCIÈRE, 2018, p. 43).

Ao nos determos nas definições de política e polícia podemos compreender a heterogeneidade entre elas, ao mesmo tempo que a relação entre ambas é de interdependência. Ousamos a comparação da polícia e política, para melhor visualizarmos seus conteúdos, em forma. Ao meu ver, ambas formariam uma faixa de Moebius, cuja forma em si se configuraria na política pela não orientação enquanto sugestão e inerência do princípio da igualdade.

Rumo à investigação da desidentificação, é preciso ainda lançarmos luzes sobre as partilhas sensíveis. No singular partilha do sensível é – ao mesmo tempo a separação nas partes e o comungar do todo – “[...] o modo como a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas se determina no sensível” (RANCIÈRE, 2017, p. 8).

Com o auxílio da pesquisadora e tradutora de obras do Rancière, Ângela Cristina Salgueiro Marques, e com o auxílio do também pesquisador no pensamento rancieriano, Marco Aurélio Máximo Prado, abordaremos o plural, as partilhas sensíveis, a partir da distinção entre experiências, a noção de campos da experiência, e a experiência desviante.

A primeira associada à partilha, policial, do sensível, *na qual, para cada um, algum lugar, capacidade, função, temporalidade e corporeidade já está definido a priori e é passível de ajustes, controle e redesignação limitada*, tal qual vimos anteriormente na seção dedicada às identidades e ao processo de identificação em Stuart Hall.

A segunda associada à partilha, política, do sensível, que é também a da subjetivação política que possibilita mudanças efetivas em um campo de experiências, reconfigurando, a partir de uma relação dialógica entre o “campo da experiência” e a “experiência desviante”, as “[...] coordenadas do posicionamento dos sujeitos dentro das hierarquias que limitam oportunidades de enunciação e escuta [...]” (MARQUES; PRADO, 2022, p. 7).

É precisamente neste diálogo das experiências no qual há a subjetivação política que situamos a desidentificação, pois acordando com Rancière (2021, p. 100) “[...] não há subjetivação sem desidentificação [...]”. Tal afirmação requer o sentido que o filósofo dá a noção de subjetivação que é estritamente relacionada à cena política, que convoca ainda a noção do dissenso como aquele que possibilita a criação de um mundo sensível diferente dentro de um mundo sensível existente.

Portanto, a reorganização do sensível, na perspectiva do dissenso, questiona a identidade social podendo levar a desidentificação e conseqüentemente ao processo de subjetivação, que é político. A política, enquanto conflito em torno da existência e da qualidade daqueles que estão presentes,

[...] existe porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum *o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só*: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo ‘entre’ eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (RANCIÈRE, 2018, p. 40, *grifo nosso*).

O dano, em sua constatação, sob forma de litígio, inscreve *no coração da ordem policial a verificação da igualdade*, inscrevendo os *sem-parte* na partilha daquilo que é comum a uma comunidade, no re-conhecimento das desigualdades, na constatação de não terem uma existência política, como interlocutores, *de não terem uma existência reconhecida na hierarquia social da ordem política*.

Ao tratarem sobre o tratamento do dano, Marques & Prado (2022, p. 9), afirmam que “[...] processos de subjetivação nascem de rupturas que deslocam os sujeitos das posições em que estariam previamente encaixados, instaurando dissensos”. Ambos autores advertem que o desentendimento não está estruturado na exigência da igualdade, tampouco na exigência do reconhecimento dos *sem-parte*, mas questiona a existência do sujeito como tal em uma ação política.

As rupturas, desidentificações de identidades sociais pré-estabelecidas, que circunscrevem os sujeitos em uma ordem impositiva do lugar que se deve ocupar, definindo aquilo que pode ser dito e feito, são geradas pelo tratamento do dano, são condição para a subjetivação política, como já vimos em Rancière, e também são elas que podem organizar processos emancipatórios (MARQUES; PRADO, 2022).

Antes porém, de darmos este salto do tratamento do dano com o aparecimento dos sujeitos políticos na cena política através da modificação de um campo de experiência, nas rupturas, nas desidentificações, que os definem como tais, para a organização de processos emancipatórios, pontuamos que,

[...] a identidade social utilizada como base para reivindicações morais só produz efeitos desiguais e, por isso, o sujeito político se define no distanciamento de toda identidade social, em que os ‘nomes’ recebidos por esse sujeito são desviados de sua significação social para se tornarem lugares, processos nos quais se exerce uma demanda de igualdade (MARQUES; PRADO, 2022, p. 10).

Deste modo, afirmarmos na abordagem estética a relação entre igualdade e desigualdade, compreendendo os elos da estética com a(s) história(s), com as culturas hegemônicas e com as ideologias, e a confirmamos como potência principiando pela política própria da estética que reconfigura experiências do sensível, do perceptível, do pensável dos sujeitos, dando a ver, a dizer e a fazer, possibilitando o deslocamento, por espaços e temporalidades, para além daqueles aos que são coagidos, para além daquelas que são roubadas, pelo Estado e pela Sociedade.

A noção de cena na filosofia estética-política igualitária, que convoca o dissenso, compreendida como operadora do método da igualdade, ou poética do conhecimento, de Jacques Rancière, “[...] como espaço de construção processual e intersubjetiva de processos emancipatórios” (MARQUES, 2023, p. 214), na medida em que expõe distintas maneiras de como uma mesma coisa pode ser percebida, através de um acontecimento singular que possui uma racionalidade singular, torna visível a invisibilidade das desigualdades, e convoca o encontro entre política e polícia na tensão do dano.

Ao retomarmos a cena do dissenso, trazemos ainda, a noção de ficção, uma vez que, onde quer que certo senso de realidade deva ser produzido (RANCIÈRE, 2021), a ficção é necessária, pois somente ficcionando o real é que podemos pensá-lo (RANCIÈRE, 2009). A ficção não é a criação de um mundo imaginário em oposição ao mundo real, mas aquela que permite a criação de uma nova paisagem do visível, do pensável e do possível, na qual sujeitos, coisas e situações, são percebidos como pertencentes a um mundo comum (RANCIÈRE, 2021).

No sentido de finalizarmos esta seção, trouxe a ficção para evocar uma comparação entre cenas, que nos encaminhará para o retorno da subjetivação política aos processos emancipatórios, aqui pendentes, ao mesmo tempo que contará um pouco do percurso acadêmico de quem aqui escreve, mobilizada em sua desen-formação.

[...] a cena não está vinculada literalmente à cena teatral [...] ambas podem tematizar a relação assimétrica entre a instituição material do teatro e a questão do espaço no qual o povo pode se manifestar, estar presente [...] o teatro é o lugar, material simbólico, no qual os papéis e as identidades se misturam e a fabulação permite uma redistribuição das temporalidades e das capacidades [...] uma insurgência proletária pode ser aproximada de uma cena teatral não por meio de um traço espetacular, mas porque os levantes e o teatro suspendem a ordem policial que define, para cada um, um lugar e uma identidade. A cena, como espaço de jogo da ficção teatral, articula o que é oferecido aos espectadores e o que os espectadores fazem com essa oferta, redefinindo os intervalos entre espaços, tempos, palavras e movimentos dos corpos; entre gestos percebidos e ensinamentos aprendidos. (MARQUES, 2023, p. 217).

A exemplo das insurgências proletárias, dos levantes, são construídas as cenas, fazendo interagir, em uma dimensão performativa, palavras, imagens, poemas, textos literários, documentos, materiais de imprensa, de arquivo, cartas, filmes, fragmentos discursivos, tramando uma trama pertencente ao mundo sensível, no pensável e no possível.

Logo, a cena da política, e da poética, rancieriana, conduz à ação, que aqui compreendemos como igualdade. Encerro, como prometido, levando à cabo a subjetivação

política pelas desidentifições às organizações emancipatórias, dando voz a uma intelectual, que tem exercido bravamente o seu papel na sociedade brasileira ao compartilhar e re-fazer cenas rancierianas, que me emocionou, sensibilizou e fez refletir, na escritura deste possível emaranhado, talvez não tão bem tramado, mas com a convicção de que é no potencial estético, *ensendo* sentido(s), que princípio e acabo, deixando janelas e portas bem abertas.

A subjetivação política é esse processo de redistribuição que combina desidentifições, dramatização argumentativa e construção de novas identifições. A emancipação aconteceria no desdobramento do trabalho da política, que é contingente, mas nunca pontual ou isento de historicidade e produção de saberes partilháveis. Assim, subjetivação e emancipação são parte de um amplo processo poético de elaboração de conhecimentos a serem apropriados e reapropriados em diferentes situações e contextos, por diferentes sujeitos e grupos que anseiam por transformações (MARQUES, 2023, p. 219).

Considerações em forma-conteúdo

Tal escritura propiciou reflexões acerca do social, quem sou eu nos nós, quem somos nós no eu. Para além, possibilitou a ampliação do(s) sentido(s) para pensar no percurso dos intelectuais e filósofos que somos, pelo princípio da igualdade, indicando o possível sentido do *em si* ao *para si* pela partilha do eu-nós mesmo no não exercer de tais funções na sociedade, ao fazermos a vida social.

A intelectual do(s) sentido(s) nem sempre fez sentido nessas linhas, por ignorância e-ou por intenção poética, por identificação e-ou desidentificação, mas a artista inspirada pelo muso da estética, que às vezes leva muito mais além, neste texto com-posição se re-conhece e se re-faz, perfazendo caminhos e seguindo rastros, intencionando provocar a abertura de novas trilhas por outros vestígios. Nesta racionalidade do sensível, da livre escritura proposta, a ensaiadora coloca-se, outrossim, sem pretensões de musa, como inspiradora em formas, modos de fazer.

Referências

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua no limite da sintaxe e do discurso.** Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Nelson Coutinho. 4ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro. 4ª Ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart.. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaíne La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Montar a Cena pela Escrita Intervalar e pelo Aparecimento Emancipatório: O Método Estético-Político de Jacques Rancière. **Kriterion**, n. 154, 2023, p. 213-245.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Os Processos de Subjetivação e Emancipação Política em Jacques Rancière. **Psicologia & Sociedade**, n. 34, p. 1-18, 2022.

MORATORI, Roberta. **O Fazer Tramático na Desenformação Docente:** Experiências em Artes e Educação. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica), São Mateus: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível:** Estética e Política. Trad. Mônica Costa Netto. 2ª Ed. - São Paulo: EXO experimental; Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita.** Trad. Raquel Ramallete, Laís Eleonora Vilanova, Ligia Vassalo & Eloisa Araújo Ribeiro. 2ª Ed. - São Paulo: Editora 34, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento:** política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes, 2ª Ed. - São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Tempos Modernos:** arte, tempo, política. Trad. Pedro Taam. 1ª Ed. - São Paulo: n-1 edições, 2021.

RANCIÈRE, Jacques; JDEY, Adnen. **O método da cena.** Trad. Ângela Marques. 1ª Ed. - Belo Horizonte: Quixote Do, 2021.

VOIGT, André F. O Conceito de “cena” na obra de Jacques Rancière: a prática do “método da igualdade”. **Kriterion**, n. 142, 2019, p. 23-41.

Ensaio submetido em: 08 de setembro de 2023.
Ensaio aprovado em: 14 de novembro de 2023.